



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transformação Digital
Gabinete do Secretário

Acordo de Cooperação Técnica Nº 1/2024

Processo nº SEI-430001/004146/2023

Unidade Gestora: SETD/GABSEC

**ACORDO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM
O GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SETD),
E O CENTRO DE TECNOLOGIA DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(PRODERJ), PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA.**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SETD)**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.121.578/0001-67, com sede na Rua da Conceição, n.º 69, 25º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP. 20051-011, neste ato representada por seu Secretário, JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR, portador da carteira de identidade n.º 20416347-1, expedida pelo DETRAN-RJ, CPF n.º 021.755.857-78; e o **CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PRODERJ)**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 30.121.578/0001-67 e com sede na Rua da Conceição, n.º 69, 24º e 25º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP. 20051-011, neste ato representada por seu presidente, FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA, portador da cédula de identidade n.º 5221234 expedida pela Marinha do Brasil, inscrito no CPF/MF sob n.º 000.803.557-14, **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (ACT)**, tendo em vista o que consta do Processo SEI-430001/004146/2023 e em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021¹, no que couber, bem como, pelo Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, que regulamentou o Título XI do Código de Administração Financeira de Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, aprovado pela Lei Estadual n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, conforme as Legislações específicas aplicáveis, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica é firmado com vistas:

I. à realização de ações integradas de interesse recíproco entre as partes signatárias;

II. à extensão recíproca, aos servidores da SETD e do PRODERJ, mediante a possibilidade de participação

em cursos de capacitação, treinamentos e de desenvolvimento profissional promovidos por suas unidades competentes, além de seminários, simpósios, encontros e outros eventos da mesma natureza, observados os critérios de seleção e a disponibilidade de vagas;

III. à promoção de atividades conjuntas entre SETD e PRODERJ, mediante a educação corporativa na modalidade presencial ou a distância, por meio de cessão, elaboração ou adaptação de cursos, bem como, de realização de ações de apoio a sua execução;

IV. ao estabelecimento de meios de intercâmbio de conhecimentos, informações e pesquisas entre a SETD e o PRODERJ, visando a complementar as ações desenvolvidas e a trocar experiências;

V. à hospedagem de dados, sistemas, sites, armazenamento de arquivos, portais, aplicativos e projetos da SETD na infraestrutura do PRODERJ, garantindo-se, assim, a proteção das informações e os quesitos referentes à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

VI. ao suporte à rede, infraestrutura básica, dados, consultoria, além de apoio técnico e operacional entre SETD e PRODERJ;

VII. à cessão da ferramenta de *Business Intelligence* (BI) para o desenvolvimento de painéis;

VIII. ao compartilhamento, entre SETD e PRODERJ, da análise de dados; e

IX. a disponibilização e utilização de caixas de *e-mail*.

Subcláusula Única. A implementação de Planos de Continuidade de Negócios (PCN) entre SETD e PRODERJ, com troca de informações e experiências, será executado no ambiente da Secretaria de Estado de Transformação Digital, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho (PT) em anexo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO (PT)

Para o alcance do objeto pactuado, os PARTÍCIPES buscarão seguir o Plano de Trabalho (PT) em anexo, o qual, independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Acordo de Cooperação Técnica (ACT), bem como, toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os PARTÍCIPES.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

Constituem obrigações comuns de ambos os PARTÍCIPES:

a. cumprir com exatidão o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;

b. executar as ações objeto deste Acordo, assim como, monitorar os resultados;

c. designar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente instrumento, representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Acordo;

d. responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;

e. analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado;

f. cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;

g. realizar vistorias em conjunto, quando necessário;

h. disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;

i. permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como, aos elementos de sua execução;

j. fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações

acordadas;

k. manter sigilo das informações sensíveis, conforme classificação da Lei Federal n.º 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos PARTÍCIPES;

l. observar os deveres previstos na Lei Federal n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e Decreto Estadual n.º 48.891/2024 (Política de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Estado do Rio de Janeiro), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo;

m. obedecer as restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso;

n. prover o intercâmbio de recursos humanos e de informações, bem como, a organização de meios adequados à sua difusão;

o. prover o intercâmbio de dados, quando possível;

p. permitir a integração eletrônica dos sistemas de informação do governo estadual;

q. zelar pela manutenção de nomenclatura eventualmente existente nos produtos, programas, aplicativos, sistemas utilizados e aperfeiçoados por força do presente instrumento; e

r. colaborar na gestão do pessoal que estiver em exercício nas dependências do outro PARTÍCIPE, informando a respeito de eventuais faltas, condutas incompatíveis com as funções desempenhadas e do cumprimento da jornada de trabalho.

Subcláusula Única. Ficam as partes acordadas em oferecer, sob regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA SETD

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da SETD:

I. prover o intercâmbio de recursos humanos e de informações, bem como, a organização de meios adequados à sua difusão;

II. prover o intercâmbio de dados quando possível;

III. permitir a integração eletrônica dos sistemas de informação do governo estadual;

IV. zelar pela manutenção de nomenclatura eventualmente existente nos produtos, programas, aplicativos, sistemas utilizados e aperfeiçoados por força do presente instrumento; e

V. colaborar na gestão do pessoal que estiver em exercício nas dependências do outro PARTÍCIPE, informando a respeito de eventuais faltas, condutas incompatíveis com as funções desempenhadas e do cumprimento da jornada de trabalho.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO PRODERJ

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do PRODERJ:

I. prover o intercâmbio de recursos humanos e de informações, bem como, a organização de meios adequados à sua difusão;

II. apoio mútuo em processos de contingência e *backup*; rede corporativa de governo; e soluções corporativas e de governo eletrônico, em geral;

III. prover o intercâmbio e análise de *softwares*, dados, equipamentos e redes de comunicação de dados necessários à realização dos projetos que forem realizados, especialmente, o projeto de gestão, análise,

atualização e contingenciamento;

IV. permitir a integração eletrônica dos sistemas de informação do governo estadual;

V. apoiar as ações de interesse comum, incluindo a cessão de espaços físicos e a hospedagem e utilização de ativos do PARTÍCIPE;

VI. armazenamento e guarda de dados, arquivos ou transações enviadas ao PRODERJ, garantindo segurança, integridade e gestão dos mesmos;

VII. garantir a integridade das informações, confidencialidade dos dados e privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas; e

VIII. apoiar as ações de treinamento e cursos para a melhoria, o aprimoramento e a difusão do conhecimento do Programa de Transformação Digital do Estado do Rio de Janeiro.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da celebração do presente acordo, cada PARTÍCIPE formalizará a designação, preferencialmente, mediante resolução ou portaria, servidores públicos envolvidos e responsáveis para gerenciar a parceria; zelar por seu fiel cumprimento; e coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste.

Subcláusula Primeira. Competirá aos designados a comunicação com o outro PARTÍCIPE, bem como, transmitir e receber solicitações; marcar reuniões; e documentar todas as comunicações.

Subcláusula Segunda. Sempre que o servidor designado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro PARTÍCIPE, no prazo de até 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os PARTÍCIPES para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos PARTÍCIPES.

Subcláusula Primeira. Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos PARTÍCIPES quaisquer remunerações.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro PARTÍCIPE.

Subcláusula Única. As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

9. CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da publicação do presente ato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de Termo Aditivo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante Termo Aditivo, desde que mantido o seu objeto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DIREITOS INTELECTUAIS

Os direitos intelectuais, decorrentes do presente Acordo de Cooperação Técnica, integram o patrimônio dos PARTÍCIPES, sujeitando-se às regras da legislação específica. Mediante instrumento próprio, que deverá acompanhar o presente, devem ser acordados entre os mesmos o disciplinamento quanto ao procedimento para o reconhecimento do direito, a fruição, a utilização, a disponibilização e a confidencialidade, quando necessária.

Subcláusula Primeira. Os direitos serão conferidos igualmente aos PARTÍCIPES, cuja atuação deverá ser em conjunto, salvo se estipulado diversamente.

Subcláusula Segunda. A divulgação do produto da parceria depende do consentimento prévio dos PARTÍCIPES.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ENCERRAMENTO

O presente Acordo de Cooperação Técnica será extinto:

- a. por advento do termo final, sem que os PARTÍCIPES tenham até então firmado termo aditivo para renová-lo;
- b. por denúncia de qualquer dos PARTÍCIPES, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c. por consenso dos PARTÍCIPES, antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- d. por rescisão.

Subcláusula Primeira. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos PARTÍCIPES fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula Segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que unilateralmente por um dos PARTÍCIPES.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido, justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos PARTÍCIPES, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, nas seguintes situações:

- a. quando houver o descumprimento de obrigação por um dos PARTÍCIPES que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação Técnica; e
- b. na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do

objeto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO ²

A SETD publicará o Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Ambos os PARTÍCIPES deverão publicar o presente ato no seu respectivo sítio oficial da Administração Pública Estadual na *internet*.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Acordo de Cooperação Técnica, deverá possuir caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Os PARTÍCIPES deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os PARTÍCIPES, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Na hipótese de haver divergências que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo, os PARTÍCIPES solicitarão ao titular da Secretaria de Estado de Transformação Digital a fiel avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação.

Fica eleito o Foro do Estado do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente acordo que não possa ser resolvido pela via administrativa, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os PARTÍCIPES obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, é assinado eletronicamente pelos representantes dos PARTÍCIPES, para produzir seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

JOSÉ MAURO DE FARIAS JÚNIOR
Secretário de Estado
Secretaria de Estado de Transformação Digital

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA
Presidente
Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro

(1). O Acordo de Cooperação Técnica é regulamentado pelo art. 184 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que expressa que se aplica a mencionada Lei “no que couber e na ausência de norma específica, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal”. A Lei Federal n.º 14.133/2021, além da menção aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, prevê expressamente os “termos de cooperação” (art. 53, § 4º) e também o “convênio de cooperação” (art. 75, inciso XI) atribuindo-lhe a mesma funcionalidade da Lei Federal n.º 8.666/1993.

(2). A obediência ao mencionado princípio ocorre com a publicação do instrumento assinado pelas partes no sítio oficial da Administração Pública na internet, em analogia ao disposto nos arts. 94 e 174 c/c art. 184 da Lei Federal n.º 14.133/2021.



Documento assinado eletronicamente por **José Mauro de Farias Junior, Secretário**, em 11/03/2024, às 08:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Sebastião Rodrigues da Silva, Presidente**, em 11/03/2024, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **69827855** e o código CRC **88B8E92C**.

ANEXO ÚNICO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PLANO DE TRABALHO

1. OBJETO GERAL

1.1 Este Plano de Trabalho (PT) tem por objetivo:

I) à realização de ações integradas de interesse recíproco entre as partes signatárias;

II) à extensão recíproca, aos servidores da SETD e do PRODERJ, mediante a possibilidade de participação em cursos de capacitação, treinamentos e de desenvolvimento profissional promovidos por suas unidades competentes, além de seminários, simpósios, encontros e outros eventos da mesma natureza, observados os critérios de seleção e a disponibilidade de vagas;

III) à promoção de atividades conjuntas entre SETD e PRODERJ, mediante a educação corporativa na modalidade presencial ou a distância, por meio de cessão, elaboração ou adaptação de cursos, bem como, de realização de ações de apoio a sua execução;

IV) ao estabelecimento de meios de intercâmbio de conhecimentos, informações e pesquisas entre a SETD e o PRODERJ, visando a complementar as ações desenvolvidas e a troca de experiências;

V) à hospedagem de dados, sistemas, sites, armazenamento de arquivos, portais, aplicativos, e projetos da SETD na infraestrutura do PRODERJ, garantindo-se, assim, a proteção das informações e os quesitos referentes a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

VI) ao suporte à rede, infraestrutura básica, dados, consultoria, além de apoio técnico e operacional entre SETD e PRODERJ;

VII) à cessão da ferramenta de *Business Intelligence* (BI) para o desenvolvimento de painéis;

VIII) ao compartilhamento, entre SETD e PRODERJ, da análise de dados; e

IX) a disponibilização e utilização de caixas de *e-mail*.

2. METAS A SEREM ATINGIDAS

Para o desenvolvimento do acordo, foram inicialmente estabelecidas fases. Cada uma das fases envolverá uma série de atividades, com partes envolvidas, com seus resultados esperados, conforme descrito abaixo.

3. ETAPAS OU FASES DA EXECUÇÃO

ETAPA/FASE	DESCRIÇÃO	RESULTADO ESPERADO	INÍCIO	FIM
Aprovação	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica	Ações integradas entre os partícipes	11/03/2024	Vencimento da vigência, denúncia, consenso ou rescisão
Site (Sítio)	Disponibilizar o <i>site</i> da SETD em produção	Criação do sítio da SETD na <i>internet</i> e na <i>intranet</i>	11/03/2024	Fim da Vigência do Acordo
Painéis	Painéis disponibilizados em produção	Disponibilização de painéis de dados entre os partícipes	11/03/2024	Fim da Vigência do Acordo

Fomento a Educação	Disponibilizar à SETD cursos oferecidos pelo PRODERJ	Fomento à capacitação e educação dos servidores tanto dos partícipes quanto para os Programas RJDigital e RJDigital Municípios	11/03/2024	Fim da Vigência do Acordo
Infraestrutura	Disponibilizar infraestrutura básica	Disponibilização de infraestrutura básica para atendimento às demandas da SETD Disponibilização de caixa de <i>e-mail</i> para todos os servidores da SETD Acesso a recursos computacionais compartilhados e de alta disponibilidade e acessibilidade a computação em nuvem (<i>cloud computing</i>)	11/03/2024	Fim da Vigência do Acordo
Rede de Dados	Disponibilizar Rede de Dados	Disponibilização de rede de dados para a atendimento às demandas da SETD	11/03/2024	Fim da Vigência do Acordo

Intercâmbio	Intercâmbio de tecnologias e inovação, conhecimento e base de dados	Intercâmbio de informações entre os partícipes Acesso a recursos computacionais compartilhados e de alta disponibilidade e acessibilidade a computação em nuvem (<i>cloud computing</i>)	11/03/2024	Fim da Vigência do Acordo
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	Lei Federal n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e Decreto Estadual n.º 48.891/2024	Adoção de medidas eficazes para proteção de dados pessoais	11/03/2024	Fim da Vigência do Acordo
Gestão Pública	Desenvolvimento e modernização da gestão pública	Desenvolvimento e sustentação e compartilhamento de sítios, sistemas e aplicativos entre os partícipes	11/03/2024	Fim da Vigência do Acordo
Análise	Análise dos Resultados		—	Fim da Vigência do Acordo